SUMÁRIO

ADVERTÊNCIAS INICIAIS **19**

Parte I
RECONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA PROCESSUAL

Capítulo 1
INTRODUÇÃO A UMA METODOLOGIA HISTORIOGRÁFICA ADEQUADA PARA A HISTÓRIA DO DIREITO E PARA A HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL:A PROPOSTA DE "HISTÓRICA" DE KOSELLECK E SUA HISTÓRIA DOS CONCEITOS JURÍDICO-POLÍTICOS **39**

1.1. A "histórica" de Koselleck como metateoria para a história do direito 39
1.2. O sentido de uma "história dos conceitos" para os conceitos jurídicos 52

Capítulo 2
DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA HISTÓRIA: DA AUTOTUTELA À JURISDIÇÃO E DA JURISDIÇÃO AO PROCESSO **61**

2.1. Da autotutela à jurisdição 61
2.2. Da Grécia antiga aos nossos dias 65
2.2.1. A reconstrução tradicional da História do Processo 66
2.2.2. Da fase primitiva até o processo romano 66
2.2.3. A fase judicialista 72
2.2.4. A fase dos práticos 73
2.2.5. A fase procedimentalista 74
2.2.6. Do processualismo científico germânico 75
2.2.7. Do processualismo científico italiano 76
2.3. A ressonância dos paradigmas estatais: uma nova proposta de sistematização histórica do processo 77
2.3.1. Liberalismo processual 78
2.3.2. Socialização processual 80
2.3.2.1. O argumento de Menger: o juiz que defende o hipossuficiente 81
2.3.2.2. O argumento de Klein: o processo como instituição de bem-estar social 82
2.3.2.3. A recepção das ideias de Menger e Klein pelo modelo processual de bem-estar social no Brasil 86

2.3.3. O argumento de Bülow – da relação jurídico-processual (*prozessrechtsverthältnis*) e da aplicação jurídica solitária e sensível pelo julgador 87
2.3.4. O acesso à Justiça e a instrumentalidade de Dinamarco 92
2.3.5. O neoliberalismo processual – das tendências do Estado brasileiro a partir da década de 1990 94
2.3.5.1. Da implementação do neoliberalismo no Brasil 96
2.3.5.2. Uma advertência necessária – o neoliberalismo processual como pano de fundo das tendências de eficiência no campo processual – atenção no emprego da tecnologia 102
2.3.6. Democratização processual 108

Capítulo 3
ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA NO PROCESSO CIVIL. TECNOLOGIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROCESSO – POR UMA VIRADA TECNOLÓGICA NO DIREITO PROCESSUAL 113

3.1. Para começar a discussão: breves apontamentos sobre a Inteligência Artificial (IA) 113
3.2. Virada tecnológica no Direito Processual 124
3.3. Etapas e mudanças 129
3.3.1. Da digitalização – em busca de uma abordagem *data-driven* 129
3.3.2. Da automação e transformação 134
3.4. Tecnologias na Advocacia e nos Tribunais 141
3.5. Alguns apontamentos sobre os vieses dos modelos algorítmicos 155
3.6. Alguns dilemas para o acesso à justiça – assimetria informacional 164
3.7. Alucinações de IA e alfabetização sobre o uso de Inteligência Artificial no Direito 167
3.8. Alguns impactos transformadores da tecnologia – ODR 174
3.9. Tribunais *on-line*, *e-acesso* à justiça democrático, arquiteturas de escolhas e *e-nudgings*: avaliando possíveis paradoxos decorrentes de pautas não distributivas – em busca da democratização processual, ... 186
3.10. Como diretrizes éticas podem ajudar? 197
3.11. A título de outras provocações... 200
3.12. Direitos Fundamentais Relativos ao Processo na Era do "Big Data" e Inteligência Artificial 204
3.12.1. Direitos Fundamentais estão em constante mudança 204
3.12.2. "Big Data" e Inteligência Artificial 205
3.12.3. Novos Direitos Fundamentais do Processo em Tempos de "Big Data" e Inteligência Artificial 206

Parte II
TEORIAS DA JURISDIÇÃO

Capítulo 1
A ATIVIDADE JURISDICIONAL 211

1.1. Conceito e concepções de jurisdição 211
1.2. Escopos (finalidades) da jurisdição 215

1.3. Requisitos técnico-jurídicos da jurisdição 216
1.4. Características da jurisdição 221

Capítulo 2
DAS MODALIDADES DE JURISDIÇÃO 223

2.1. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária 223
2.2. Jurisdição civil e penal 224
2.3. Jurisdição especial e comum 225
2.4. Jurisdição ordinária e extraordinária 225
2.5. Jurisdição individual, coletiva e massificada 226

Capítulo 3
JURISDIÇÃO ESTATAL E NÃO ESTATAL 235

3.1. Introdução 235
3.2. Mediação e conciliação 236
3.2.1. Conciliação 241
3.2.2. Mediação 241
3.3. Arbitragem 243
3.4. Meios alternativos ou sistema multiportas? 245

Capítulo 4
COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E A REDE NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA 253

4.1. A conexão entre a revisão da concepção de "acesso à Justiça" e a necessidade de cooperação judiciária 253
4.2. O projeto europeu de cooperação judiciária 254
4.3. O tratamento do tema da cooperação judiciária no Direito Processual brasileiro 256
4.3.1. A cooperação jurídica internacional no CPC/2015: auxílio direto e carta rogatória 256
4.3.2. A cooperação judicial entre juízos no Brasil 264

Capítulo 5
LIMITES DA JURISDIÇÃO 269

Capítulo 6
FUNÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL COMO FUNÇÃO ESSENCIAL DO ESTADO CONTEMPORÂNEO 273

6.1. O problema do ativismo e da judicialização da política e das relações sociais 273
6.2. Os problemas de "eficiência" e da judicialização 281

Parte III
TEORIAS DA AÇÃO

Capítulo 1
CONCEITO PLURAL DE AÇÃO PARA A CIÊNCIA DO PROCESSO 287

Capítulo 2
O DESENVOLVIMENTO DAS TEORIAS ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE AÇÃO 289

2.1. As teorias de matriz civilista ou teorias imanentistas 289
2.2. A autonomia do direito de ação: o debate entre abstração e concretude 290
2.3. A teoria eclética de Liebman 294
2.3.1. Pressupostos teóricos 295
2.3.2. Teoria da asserção ou prospecção – Interpretação diferenciada das condições da ação de modo a subsidiar maior aproveitamento processual – Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça 298
2.4. Teoria constitucional da ação 300
2.5. A teoria da ação no CPC/2015 301
2.6. A (in)constitucionalidade duvidosa do IRDR n. 91 do TJMG e a criação de um pressuposto de desenvolvimento do processo sem amparo legislativo 305
2.7. Classificação das ações segundo a doutrina tradicional 308

Parte IV
TEORIAS DO PROCESSO

Capítulo 1
TEORIAS DO PROCESSO 313

1.1. Teorias do processo e do procedimento ("natureza jurídica") 313
1.2. A teoria do processo como relação jurídica 317
1.3. O processo como espécie de procedimento realizado em contraditório 321

Capítulo 2
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO 325

2.1. O "processo constitucional" 325
2.2. Constitucionalização do processo 327
2.3. Interpretação a partir do modelo constitucional de processo 329
2.4. Por um processualismo constitucional democrático 330
2.5. Da necessidade de uma visão garantística de processo: a defesa da comparticipação e do policentrismo – por uma teoria normativa da comparticipação no processo democrático 333

Capítulo 3
O QUE SÃO PRINCÍPIOS NA CONTEMPORANEIDADE? A DIMENSÃO NORMATIVO-PRINCIPIOLÓGICA ESTRUTURADA PELO CPC/2015 339

3.1. Adoção e importância dos princípios nos julgamentos no Brasil 339
3.1.1. O começo da trajetória: do jusnaturalismo a Kelsen 340
3.1.2. A aquisição de força normativa pelos princípios jurídicos 342
3.2. Uma primeira proposta teórica: os princípios como valores e o método da proporcionalidade de Alexy 348

3.3. Uma segunda proposta teórica: a tese da integridade do direito e a busca por uma resposta correta na aplicação dos princípios jurídicos com Dworkin 351
3.4. Os perigos do *panprincipiologismo* 358
3.5. Convivência entre os princípios e as regras 361

Capítulo 4
REGRAS E PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS (FUNDAMENTAIS) – MODALIDADES 365

4.1. Devido processo legal ou devido processo constitucional (art. 5º, inc. LIV, CR/88) 365
4.1.1. Conteúdo normativo 365
4.1.2. Dupla eficácia do devido processo legal: vertical e horizontal 371
4.1.2.1. Eficácia vertical do devido processo legal 371
4.1.2.2. Eficácia horizontal do devido processo legal 371
4.1.3. Dupla dimensão de devido processo legal: formal e substancial (proporcionalidade) 372
4.2. Princípio do contraditório: uma garantia de influência e de não surpresa (art. 5º, inc. LV, CR/88 e arts. 6º, 9º e 10, CPC/2015) – mudança paradigmática na aplicação do direito – fundamentos do sistema comparticipativo/cooperativo de processo 373
4.2.1. Inspiração técnica do modelo de comparticipação/cooperativo adotado pelo CPC/2015 – deveres decorrentes da cooperação 382
4.2.2. Contraditório dinâmico: garantia de influência e não surpresa 389
4.2.3. Contraditório, divisão de papéis e as propensões cognitivas – motivação de um sistema normativo comparticipativo em ambientes não cooperativos 390
4.2.4. O contraditório, os direitos e os deveres dele provenientes 395
4.2.5. Leituras do conteúdo do princípio e sujeitos do contraditório: do contraditório como bilateralidade da audiência, como simétrica paridade de armas e como garantia de influência 396
4.2.6. O contraditório como garantia de aproveitamento da atividade processual 404
4.2.7. Ainda sobre as decisões de surpresa – das matérias de conhecimento oficioso 406
4.2.8. Contraditório e precedentes 413
4.2.8.1. Precedentes e Coerência 413
4.2.8.2. Juízes como participantes do contraditório e precedentes 421
4.3. Princípio da ampla defesa (art. 5º, inc. LV, CR/88) 422
4.4. Direito constitucional à prova (art. 5º, inc. LV e LVI, CR/88) 424
4.5. Inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, inc. XXXV, CR/88) 426
4.5.1. O movimento pelo acesso à Justiça e algumas ressonâncias no Brasil 427
4.5.2. O acesso à Justiça no CPC/2015 429
4.5.2.1. Alguns dilemas do acesso à Justiça 429
4.5.2.2. Acesso à Justiça e modelo multiportas no CPC: meios integrados de solução dos conflitos – aprimoramento da conciliação e mediação 431
4.5.2.3. Reflexões sobre o "acesso à Justiça" qualitativo no CPC/2015 447

4.5.2.3.1. Um breve histórico do movimento do "acesso à Justiça" quantitativo 449
4.5.2.3.2. O "acesso à Justiça" qualitativo como (re)leitura do paradigma democrático 454
4.5.2.4. O acesso à jurisdição qualitativo no regime do CPC/2015 456
4.6. Fundamentação racional das decisões (art. 93, Inc. IX, CR/88 e art. 489, CPC/2015): a vinculação com o contraditório como garantia de legitimidade democrática 463
4.6.1. O dever de fundamentação, o problema do solipsismo decisório do magistrado e sua incompatibilidade com a ordem democrática 480
4.6.2. Por que fundamentação e motivação não são sinônimos? Ou a importância da hermenêutica para a construção da decisão 484
4.7. Publicidade (art. 5°, inc. LX, art. 93, inc. IX, CR/88 e art. 189, CPC/2015) 494
4.8. Duplo grau de jurisdição? 495
4.9. Princípio da celeridade: da duração razoável do processo (art. 5°, inc. LXXVIII, CR/88) 496
4.10. Duração razoável do processo: reflexos do novo formalismo 498
4.10.1. Da solução integral do mérito, modelo multiportas e tecnologia 498
4.10.2. Breve digressão sobre tecnologia e processo 503
4.11. O princípio da boa-fé objetiva e sua aproximação do direito processual no art. 5° do CPC/2015 508
4.11.1. Negócios jurídicos processuais e fase preparatória: algumas aplicações 514
4.11.2. Modulação dos efeitos dos precedentes e boa-fé objetiva processual 522
4.12. Princípio do juízo natural (art. 5°, incs. XXXVII e LIII, CR/88) 524
4.13. Princípios técnicos do procedimento (informativos) 525
4.13.1. Princípio dispositivo (princípio da iniciativa da parte, da inércia da jurisdição, *ne procedat iudex ex officio*) 526
4.13.2. Princípio da congruência (adstrição, correspondência, correlação) 527
4.13.3. Princípio da oralidade 528
4.13.4. Princípio da imediatidade (imediação) 530
4.13.5. Princípio da identidade física do juiz 530
4.13.6. Princípio da concentração 531
4.13.7. Princípio da cooperação intersubjetiva 532
4.14. Princípio da preclusão 534
4.14.1. A preclusão sob o aspecto subjetivo e objetivo – doutrina clássica 535
4.14.2. Da legitimidade da preclusão 537
4.14.3. Do sistema de preclusão 538
4.14.4. Do princípio da eventualidade 539

Capítulo 5
NORMA PROCESSUAL: TEMPO E ESPAÇO 541

5.1. Introdução 541
5.2. A aplicação da lei processual no tempo aos recursos e a tese sobre o direito processual adquirido 545

Capítulo 6
GERENCIAMENTO DO PROCESSO: EM BUSCA DA DESCENTRALIZAÇÃO – DO *CASE MANEGEMENT* À RECEPÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS 549

6.1. Considerações iniciais 549
6.2. Os negócios jurídicos processuais no direito estrangeiro 561
6.3. A proposta brasileira de tratamentos dos negócios jurídicos processuais no CPC/2015 566

Parte V
TEORIA DO PROCEDIMENTO

Capítulo 1
DIVERSAS MODALIDADES DE PROCEDIMENTO: COGNIÇÃO, EXECUÇÃO (CUMPRIMENTO – SATISFAÇÃO), PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E TUTELAS PROVISÓRIAS 583

1.1. Cognição como atividade e procedimento – considerações iniciais 583
1.2. Entendimento inicial dos procedimentos de conhecimento 585
1.3. Procedimento comum, procedimento sumaríssimo e procedimentos especiais 588
1.3.1. Considerações iniciais 588
1.3.2. Escolha do procedimento cabível 590
1.4. Formação do procedimento 591
1.5. Suspensão do procedimento 592
1.6. Resolução do procedimento (julgamento ou não do mérito) 594

Capítulo 2
PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS 597

Capítulo 3
UM ESBOÇO PARA UMA TEORIA DAS NULIDADES 601

3.1. Classificação das nulidades processuais a partir de um olhar da dogmática tradicional 603
3.2. Nulidade do processo e nulidade de atos processuais 606
3.3. Teoria das nulidades no paradigma constitucional de processo 607

Capítulo 4
REFLEXÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL DA PROVA 609

4.1. Introdução 609
4.2. Valoração das provas 611
4.3. Destinatários das provas 614
4.4. Princípios constitutivos da técnica probatória 618
4.4.1. Do princípio da relevância ou pertinência probatória 618
4.4.2. Princípio da atipicidade ou da não taxatividade dos meios de prova 619
4.4.3. O ônus de prova 619
4.4.3.1. Convenção sobre o ônus da prova 623
4.4.3.2. Distribuição dinâmica do ônus da prova 624

4.4.4. Princípio da aquisição processual ou da comunidade das provas 625
4.4.5. Vedação do uso de prova ilícita 625
4.5. O emprego da tecnologia *blockchain* para preservação das provas eletrônicas 628

Capítulo 5
UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A FIGURA DOS RECURSOS: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, PRINCÍPIOS E EFEITOS 631

5.1. Considerações iniciais 631
5.2. Dos princípios constitutivos do sistema recursal 635
5.2.1. Princípio da taxatividade 635
5.2.2. Princípio da voluntariedade 638
5.2.3. Princípio da lesividade do provimento 640
5.2.4. Princípio da consumação 641
5.2.5. Princípio da complementaridade 643
5.2.6. Princípio da singularidade 644
5.2.6.1. Breve análise dos provimentos judiciais 644
5.2.6.2. Conteúdo do princípio 646
5.2.7. Princípio da fungibilidade 647
5.2.7.1. Requisitos legais da fungibilidade no CPC/1939 648
5.2.7.2. Requisitos da fungibilidade no CPC-1973 649
5.2.7.3. O princípio da fungibilidade no CPC-2015 652
5.2.8. Princípio da irrecorribilidade em separado de algumas decisões interlocutórias 654
5.2.9. Princípio das decisões juridicamente relevantes 656
5.2.10. Princípio da dialogicidade (dialeticidade) 656
5.2.10.1. O ônus da dialeticidade 657
5.2.11. Princípio da proibição da *reformatio in pejus* 662
5.3. Definição técnica do recurso 664
5.3.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito 665

Capítulo 6
CONTRIBUIÇÕES PARA TEORIA GERAL DA TUTELA EXECUTIVA 671

6.1. Introdução 671
6.2. Diretrizes processuais na execução 674

Capítulo 7
REFLEXÕES PARA TEORIA GERAL DAS TUTELAS PROVISÓRIAS 681

7.1. Tutelas diferenciadas: conceito – dupla acepção 683
7.2. As técnicas processuais da cognição plena e da cognição sumária 685
7.3. A tutela provisória no novo CPC: breve análise 688

Capítulo 8
CONVERGÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS DE *CIVIL LAW* E *COMMON LAW*..... 703

8.1. Convergência de sistemas – o Brasil entre o *civil law* e o *common law* na aplicação do Direito..... 703
8.1.1. Considerações iniciais..... 703
8.1.2. Diversidade de litigiosidades: a tendência de padronização decisória..... 706
8.1.3. Uma nova escola da exegese?..... 712
8.1.4. Ausência da percepção de convergência de sistemas jurídicos: o Brasil entre o *civil law* e o *common law*..... 719

Capítulo 9
TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS..... 725

9.1. Litigiosidade repetitiva..... 725
9.2. Parametricidade e problemas do uso do Direito jurisprudencial no Brasil..... 732
9.3. O sistema de precedentes no CPC-2015..... 740
9.4. Uso do direito jurisprudencial no CPC-2015 como base decisória..... 752
9.4.1. Do julgamento liminar..... 752
9.4.2. Do aumento das hipóteses de exequibilidade imediata das sentenças..... 753
9.5. Da repercussão geral, da relevância e os recursos excepcionais repetitivos no CPC-2015..... 757
9.6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas..... 769

Capítulo 10
PROCESSO ELETRÔNICO..... 785

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 795